



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

CAPA DO EDITAL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - UASG 925968		
Pregão Eletrônico nº PE90016/2026 SEI! Nº 7010995-80.2025.8.08.0000 CIC TCEES Nº 2026.500J1200001.01.0015		Data de Abertura: 11/06/2026 às 11:00 no sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>
<b>Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações</b> <b>Esclarecimentos e Impugnações:</b> Até dia 08/06. Os pedidos devem ser feitos pelo e-mail <a href="mailto:equipepregao@tjes.jus.br">equipepregao@tjes.jus.br</a>		<b>Contatos:</b> (27) 3334-2715 (Pregoeira) / 3334-2712 e e- mail: <a href="mailto:equipepregao@tjes.jus.br">equipepregao@tjes.jus.br</a>
<b>Os Esclarecimentos /Impugnação e respostas/decisão serão disponibilizados na página de Transparência do website do PJES</b> ( <a href="http://www.tjes.jus.br">www.tjes.jus.br</a> > Transparência > Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação > Licitações)		
<b>Objeto</b> A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços em <b>Segurança e Saúde no Trabalho (SST)</b> , incluindo o atendimento aos requisitos do eSocial relativos aos eventos de SST, para a execução dos itens descritos a seguir:  <b>Item 1</b> – Revisão, atualização, reelaboração e avaliação contínua do Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGR) de cada unidade do PJES elencada no Adendo I deste Termo de Referência, em conformidade com a NR-01, Portaria MTE nº 1.419, de 27 de agosto de 2024, e suas atualizações.  <b>Item 2</b> - Elaboração, implementação e gerenciamento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) para cada unidade do PJES elencada no Adendo I deste Termo de Referência, de acordo com NR-07, Portaria SEPRT n. 8.873, de 23 de julho de 2021, e suas atualizações;  <b>Item 3</b> - Realização de exames médicos ocupacionais, bem como exames complementares previstos no PCMSO e a critério do Médico do Trabalho Coordenador;  <b>Item 4</b> - Serviços de Perícia Técnica, sob demanda, para emissão do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), do Laudo Técnico de Insalubridade, do Laudo Técnico de Periculosidade e da realização de avaliação biopsicossocial, de acordo com a legislação vigente.  <b>Item 5</b> - Consolidação, organização e disponibilização dos arquivos eletrônicos referente aos eventos de SST do eSocial, conforme prazos e exigências legais.		
<b>Registro de Preços?</b> NÃO	<b>Participação Exclusiva de ME e EPP</b> NÃO	
<b>Critério de Julgamento</b> Menor valor total do LOTE	<b>Forma de Adjudicação</b> LOTE	<b>Modo de Disputa</b> Aberto e Fechado
<b>Valor Total Estimado da Contratação</b>		
R\$ 2.200.295,00 (dois milhões, duzentos mil e duzentos e noventa e cinco reais) pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.		
<b>Habilitação</b> <b>REQUISITOS BÁSICOS DA HABILITAÇÃO:</b> <b>1) Registro Comercial</b> , no caso de empresa individual. <b>2) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social</b> em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva. <b>3) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).</b> <b>4) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União</b> , expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social. <b>5) Prova de Regularidade para com a Fazenda do Estado</b> em que for sediada a licitante; <b>6) Prova de Regularidade para com a Fazenda do Município</b> em que for sediada a licitante; <b>7) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)</b> , com validade na data de realização da licitação. <b>8) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho</b> , mediante a		



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

apresentação de certidão negativa - **CNDT**.

**9) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial** expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, com data de emissão de, no máximo, 60 (sessenta) dias antes da data fixada para a abertura da licitação, se outro não estiver nela fixado.

**10) Balanço Patrimonial**, inclusive com os demonstrativos contábeis, **correspondentes ao 2 (dois) últimos exercícios sociais** da empresa, já exigíveis e **apresentados na forma da lei e no prazo estabelecido pela IN 2003/2021 da Receita Federal**, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, vedada a apresentação de balancetes ou balanços provisórios.

**10.1)** O Balanço Patrimonial do ano imediatamente anterior à licitação, será exigido a partir do dia 01 de junho do corrente ano.

**10.2)** O balanço das sociedades por ações deverá ser apresentado em publicações no Diário Oficial.

**10.3)** As demais empresas deverão apresentar o Balanço autenticado, registrado na Junta Comercial.

**10.3.1) A apresentação do balanço registrado na Junta Comercial poderá ser substituído por recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital, pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.**

**10.4)** As empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos limitar-se-ão à apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social.

**10.5)** As empresas com menos de 01 (um) ano de existência apresentarão Balancetes do mês anterior ao da realização da licitação, autenticado por profissional credenciado.

**10.6)** Somente serão habilitados os licitantes que apresentarem no Balanço Patrimonial os índices de Liquidez Geral, de Solvência Geral e de Liquidez Corrente iguais ou maiores que 01 (um).

**10.7)** O licitante que apresentar qualquer dos índices menor do que 01 (um) deverá comprovar patrimônio líquido mínimo equivalente a 5% do valor estimado para a contratação.

**Obs1:** Será verificada a Prova de Regularidade com a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo para empresas sediadas fora do Estado;

**Obs2:** Recomendamos que todos os documentos básicos acima estejam atualizados no SICAF na data da abertura da sessão pública.

**REQUISITOS ESPECÍFICOS DA HABILITAÇÃO:**

**1) Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional, emitido(s)** por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) que a LICITANTE tenha prestado ou esteja prestando, satisfatoriamente, serviços de Segurança e Saúde no Trabalho – SST, compatíveis em características, quantidades, complexidade e riscos com o objeto desta licitação, abrangendo aspectos ergonômicos e psicossociais, para organizações com **porte mínimo de 1.500 (mil e quinhentos) trabalhadores**, quantitativo correspondente a aproximadamente **50% cinquenta por cento** da força de trabalho do PJES.

**1.1)** A LICITANTE deverá comprovar **experiência mínima de 3 (três) anos** na execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, de forma contínua ou não, mediante apresentação de documentação idônea.

**1.2)** Os **Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional** citados, deverão conter a descrição de serviços de **maior relevância técnica** previstos nesta contratação a saber:

**a)** Elaboração, implementação e gerenciamento de Programa de Gerenciamento de Riscos – **PGR/GRO**, em conformidade com as Normas Regulamentadoras vigentes;

**b)** Elaboração, implementação e gerenciamento de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – **PCMSO**, em conformidade com as Normas Regulamentadoras vigentes;

**c)** Elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – **LTCAT**, em conformidade com as Normas Regulamentadoras vigentes e legislação previdenciária aplicável;

**d)** Gestão de serviços de **SST** que demanda experiência em planejamento, logística, sistemas informatizados de gestão, emissão de documentos técnicos, acompanhamento de indicadores e



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

suporte contínuo à administração contratante.

- 1.3)** O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, **no** **mínimo:**  
I – nome completo e endereço da pessoa jurídica emitente.  
II – manifestação expressa quanto à qualidade dos serviços prestados.  
III – indicação do porte da empresa ou órgão atendido.  
IV – identificação clara do responsável pela emissão do documento.

**1.4)** A Administração poderá, a seu critério, realizar diligências junto à pessoa jurídica emitente, por meio de canais institucionais disponíveis, com a finalidade de verificar a autenticidade e a veracidade das informações prestadas, nos termos da legislação vigente.

**2)** Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Medicina (CRM) da jurisdição correspondente, dentro do prazo de validade;

**3)** Certidão de registro dos responsáveis técnicos indicados para a execução dos serviços de SST, junto aos respectivos conselhos de classe competentes, sendo:

- a)** CREA ou CAU para o Engenheiro de Segurança do Trabalho e  
**b)** CRM para o Médico do Trabalho.

**4)** A LICITANTE deverá apresentar documentação comprobatória do vínculo jurídico existente ou a ser formalizado com os responsáveis técnicos indicados para a execução dos serviços.

**a)** A comprovação do vínculo poderá ser realizada mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: Contrato Social, no caso de sócio; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; Contrato de Prestação de Serviços; Ficha de Registro de Empregado; ou Certidão de Registro da LICITANTE no CRM, CREA/CAU ou CRP, desde que conste o nome do profissional indicado.

**b)** Na hipótese de inexistência de vínculo formal na fase de habilitação, será admitida, em substituição, a apresentação de **Termo de Compromisso (Adendo III do Termo de Referência)**, devidamente assinado pelo Representante Legal da LICITANTE e pelo(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s), declarando que o(s) profissional(is) será(ão) contratado(s) para atuar como responsável(is) técnico(s) pela execução do objeto, devendo o vínculo ser comprovado até a assinatura do contrato, sob pena de inabilitação.

**5)** A LICITANTE deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que possui ou providenciará, até a data da assinatura do contrato, estrutura operacional mínima necessária à adequada execução dos serviços de SST, incluindo recursos humanos qualificados, materiais, equipamentos e sistema informatizado compatível com o objeto da contratação **(Adendo IV)**.

**OBSERVAÇÃO:**

**1) DA VISTORIA:** O PJES facultará às empresas interessadas a realização de vistoria prévia nos locais de execução dos serviços.

a) A vistoria terá caráter informativo.

b) A vistoria poderá ser realizada em dias úteis, das 12h às 18h, mediante agendamento prévio através dos telefones: (27) 3334-2097 / 3334-2143.

c) Não será permitida vistoria concomitante de duas ou mais empresas.

d) Poderá ser disponibilizada amostra dos documentos do PGR e do PCMSO, observadas as regras de confidencialidade e proteção de dados.

e) A não realização da vistoria não eximirá a contratada do cumprimento das obrigações contratuais.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**TODOS OS DOCUMENTOS (EDITAL, AVISOS, ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E OUTROS) ESTARÃO DISPONÍVEIS NO SÍTIO DO PJES.**

**ESTA CAPA É PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE90016/2026  
PROCESSO SEI Nº 7010995-80.2025.8.08.0000  
TIPO: MENOR PREÇO**

**REGIME DE EXECUÇÃO: INDIRETA POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**

**Legislação:** Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. **Ato Normativo de designação dos Pregoeiros e Equipes de Apoio nº 205/2025, disponibilizado no e-Diário (Diário da Justiça eletrônico) do dia de 09/07/2025.**

**Órgão Interessado:** O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - UASG 925968**, CNPJ nº 27.476.100/0001-45, sediado na Rua Desembargador Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá, CEP 29050-906, Vitória (ES), telefone (27) 3334-2000 e site [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br).

**Sessão Pública:** 11 de Junho de 2026, às 11:00 horas, com participação exclusivamente por meio de sistema eletrônico do Governo Federal ([www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)).

**DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O EDITAL:**

- **CAPA DO EDITAL**
- **ANEXO I - Termo de Referência e Adendos:**
  - Adendo I: Unidades e endereços;
  - Adendo II: Considerações para a análise de riscos;
  - Adendo III: Termo de Compromisso;
  - Adendo IV: Declaração de estrutura operacional;
  - Adendo V: Planilha Modelo de Proposta
- **ANEXO II - Minuta do Contrato.**

**1 - DO OBJETO**

**1.1 -** A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços em Segurança e Saúde no Trabalho (SST), em conformidade com o art. 7º, inciso XXII, da Constituição Federal, com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e suas atualizações, com a Resolução nº 207/2015 do Conselho Nacional de Justiça, que institui a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, com o Decreto nº 3.048/1999, bem como com as demais normas e legislações aplicáveis à matéria, incluindo o atendimento aos requisitos do eSocial relativos aos eventos de SST, para a execução dos itens descritos a seguir:**

**Item 1** – Revisão, atualização, reelaboração e avaliação contínua do Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGR) de cada unidade do PJES elencada no Adendo I deste Termo de Referência, em conformidade com a NR-01, Portaria MTE nº 1.419, de 27 de agosto de 2024, e suas atualizações.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**Item 2** - Elaboração, implementação e gerenciamento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) para cada unidade do PJES elencada no Adendo I deste Termo de Referência, de acordo com NR-07, Portaria SEPRT n. 8.873, de 23 de julho de 2021, e suas atualizações;

**Item 3** - Realização de exames médicos ocupacionais, bem como exames complementares previstos no PCMSO e a critério do Médico do Trabalho Coordenador;

**Item 4** - Serviços de Perícia Técnica, sob demanda, para emissão do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), do Laudo Técnico de Insalubridade, do Laudo Técnico de Periculosidade e da realização de avaliação biopsicossocial, de acordo com a legislação vigente.

**Item 5** - Consolidação, organização e disponibilização dos arquivos eletrônicos referente aos eventos de SST do eSocial, conforme prazos e exigências legais.

**CATSER: 8800.**

## **2 - DA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** - Poderão participar deste Pregão as empresas que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

**2.1.1** - Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2** - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3** - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4** - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5** - Não poderão disputar esta licitação:

**2.5.1** - aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

**2.5.2** - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.5.3** - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.5.4** - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.5.5** - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.5.6** - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.5.7** - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.5.8** - agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.5.9** - pessoas jurídicas reunidas em consórcio, tendo em vista a baixa complexidade do objeto a ser contratado;

**2.5.10** - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.5.11** - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.5.12** - Empresas que se encontrem sob falência, em recuperação judicial (Lei nº 11.101/2005), concurso de credores, liquidação ou dissolução;

**2.5.12.1** - Será aceita a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

**2.5.13** - Empresa cujos diretores, gerentes, representantes legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios, sejam membros ou servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

**2.5.14** - Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. (Resolução CNJ 07/2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22.06.16).

**2.5.14.1** - A vedação constante no item 2.5.14 se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (Resolução CNJ nº 07/2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229/2016).

**2.5.14.2** - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Tribunal para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156/2012 do CNJ.

**2.5.15** - A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (Resolução CNJ nº 07/2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229/2016).





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**2.5.16** - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante. (Resolução CNJ nº 07/2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 9/2005).

**2.5.17** - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Tribunal para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156/2012 do CNJ.

**2.5.18** - Havendo alteração no quadro de empregados que contrarie o disposto na Resolução CNJ Nº 07/2005, essa deverá ser imediatamente comunicada ao Tribunal de Justiça para as providências julgadas cabíveis.

**2.6** - O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.7** - A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1** - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2** - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.2.1** - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.2.2** - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.2.3** - Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.2.4** - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.3** - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**3.4** - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.4.1** - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não", impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.4.2** - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.5** - A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.6** - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

**3.7** - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.8** - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.9** - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.10** - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4 - DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**4.1** - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta **com o COM VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO**, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da sessão, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.1.1** - O valor total máximo a ser pago pelo **LOTE ÚNICO** será de **R\$ 2.200.295,00 (dois milhões, duzentos mil e duzentos e noventa e cinco reais)** para o período de **24 (vinte e quatro) meses**.

**4.1.2** - Os valores unitários propostos para cada item do Lote não poderão ultrapassar os valores unitários máximos informados na planilha do Adendo V.

**4.2** - Havendo divergências entre as especificações do código CATSER e as do Edital, prevalecerão as do Edital.

**4.3** - **A proposta somente poderá conter duas casas decimais e será feito arredondamento para menos caso seja vencedora uma proposta com mais casas decimais.**

**4.4** - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**4.5** - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.6** - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.7** - A apresentação da proposta implica na **aceitação de todas as condições** deste edital, em especial:

**a) Validade da proposta**, que não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias** a serem contados da data da efetiva abertura das propostas;

**b) Prestação do serviço** em conformidade com as especificações constantes do **Anexo I, incluídos nos preços propostos** todos os custos com materiais, mão-de-obra, transportes, carga e descarga, bem como todos os elementos que garantam a prestação do objeto do presente Pregão dentro das exigências das normas, especificações e detalhes, remunerações e quaisquer outros encargos que incidam sobre a obrigação dessa prestação;

**c) Prazo de vigência contratual:** O prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar da data da assinatura do instrumento contratual, podendo, de comum acordo entre as partes, ser prorrogado através de Termo Aditivo, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitado a 60 (sessenta) meses;

**d) Os serviços** deverão ter sua execução iniciada após definição do cronograma e data de recebimento da Ordem de Serviço, e deverão obedecer aos prazos previstos no Cronograma de execução mensal, conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I, item 7.16;

**e) Garantia Contratual:** A CONTRATADA prestará garantia contratual no quantitativo de 5% (cinco por cento) do valor total anual, junto à Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária do CONTRATANTE, em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

**4.8** - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência - Anexo I, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.9 - DA VISTORIA:** O PJES facultará às empresas interessadas a realização de vistoria prévia nos locais de execução dos serviços.

**a)** A vistoria terá caráter informativo.

**b)** A vistoria poderá ser realizada em dias úteis, das 12h às 18h, mediante agendamento prévio através dos telefones: (27) 3334-2097 / 3334-2143.

**c)** Não será permitida vistoria concomitante de duas ou mais empresas.

**d)** Poderá ser disponibilizada amostra dos documentos do PGR e do PCMSO, observadas as regras de confidencialidade e proteção de dados.

**e)** A não realização da vistoria não eximirá a contratada do cumprimento das obrigações contratuais.

## **5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1** - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2** - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.3** - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.4** - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**5.5** - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.6** - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.7** - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.8** - O lance será ofertado pelo **valor total do Lote Único**.

**5.9** - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.10** - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.11** - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**5.12** - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**5.12.1** - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.12.2** - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.12.3** - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**5.12.4** - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.12.5** - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.13** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14** - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.15** - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.16** - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.17** - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.18** - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.18.1** - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será observado o disposto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.19** - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.19.1** - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.19.2** - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.19.3** - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.19.4** - O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, com o valor unitário e total do item, **conforme modelo de proposta constante do Adendo V deste edital.**

**5.19.4.1** - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.19.4.2** - **Após o prazo de 2 horas, caso o licitante com a proposta melhor classificada não tenha encaminhado os documentos, o pregoeiro encerrará a convocação, ficando o licitante impossibilitado de encaminhar os mesmos e, consequentemente, sua proposta será DESCLASSIFICADA.**

**5.20** - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6 - DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1** - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a)** SICAF;

**b)** Consulta consolidada de Pessoa Jurídica, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU <<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>>.

**6.2** - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**6.3** - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**6.3.1** - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**6.3.2** - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**6.3.4** - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4** - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item **3.4** deste Edital.

**6.5** - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro, com auxílio da unidade técnica demandante, examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**6.6** - Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.6.1** - conter vícios insanáveis;

**6.6.2** - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital;

**6.6.3** - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.6.4** - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.6.5** - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.7** - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.8** - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.9** - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**6.9.1** - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**6.9.2** - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.10** - Após análise, o pregoeiro decidirá sobre a aceitação da proposta, divulgando, em seguida, o resultado de sua análise.

**6.11** - Cientificada a LICITANTE, em caso de reprovação, será examinada a oferta subsequente e mais vantajosa à Administração, e assim sucessivamente, segundo sua aceitabilidade e classificação, convocando em seguida a próxima LICITANTE, sendo a ela concedida as mesmas condições e prazos destinados à primeira.

**6.11.1** - Ocorrendo a situação a que se refere este item, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

## **7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1** - Os documentos previstos na **CAPA DO EDITAL**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.1** - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.1.2** - Os documentos apresentados para habilitação **deverão estar** em nome da empresa licitante e com indicação do número do **CNPJ** e **endereço**.

**a) Se o licitante for participar por meio da matriz**, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

**b) Se o licitante for participar por meio da filial**, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

**7.2** - A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**7.2.1** - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**7.3** - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**7.3.1** - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**7.4** - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.4.1** - **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas horas), contado da solicitação do pregoeiro.**

**7.4.1.1** - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**7.5** - A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.6** - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**7.6.1** - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.6.2** - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.7** - Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.8** - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.4.1.

**7.9** - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **8 - DOS RECURSOS**

**8.1** - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2** - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3** - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1** - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2** - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.4** - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.5** - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6** - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7** - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**8.9** - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de **aproveitamento**.

**8.10** - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, por meio de solicitação através do e-mail: <equipepregao@tjes.jus.br>.

## **9 - DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**9.1** - Aplicar-se-ão as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e Lei Complementar Estadual nº 618/2012 às microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparado, previamente identificadas no sistema, por ocasião da participação neste certame licitatório.

**9.2** - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

**9.2.1** - A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição;

**9.2.2** - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**9.2.3** - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período;

**9.2.4** - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão;

**9.2.5** - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista;

**9.2.6** - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

**9.3** - Neste procedimento será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

**9.3.1** - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço.

**9.4** - Para efeito do disposto no art. 50 da Lei Complementar Estadual nº 618/2012, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**9.4.1** - A microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparado mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**9.4.2** - Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparado, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 9.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**9.5** - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 9.4, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**9.6** - O disposto no item 9.4 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

## **10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

**10.1** - No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de **MENOR VALOR TOTAL DO LOTE**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

**10.2** - O objeto deste PREGÃO será adjudicado por **LOTE** ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

## **11 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**11.1** - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

**11.1.1** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame;

**11.1.2** - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta.

**11.1.3** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**11.1.3.1** - O descumprimento do prazo para assinatura do contrato, ou a recusa em assiná-lo, acarretará a aplicação de **multa de 5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas no edital e na legislação vigente.

**11.1.4** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**11.1.5** - Fraudar a licitação;

**11.1.6** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a)** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b)** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c)** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**11.1.7** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**11.1.8** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**11.2** - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a)** Advertência;
- b)** Multa (aplicada no percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da contratação);



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

- c) Impedimento de licitar e contratar; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**11.2.1** - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**11.3** - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.4** - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado.

**11.4.1** - Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

**11.4.2** - Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

**11.6** - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**11.7** - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**11.8** - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

**11.9** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

**11.10** - A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**11.11** - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.12** - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**11.13** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.14** - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**11.15** - Os atos administrativos de aplicação das sanções porventura aplicadas serão registrados no SICAF, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

## **12 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**12.1** - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**12.2** - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.3** - A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados por meio do e-mail <equipepegrao@tjes.jus.br>.

**12.4** - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**12.4.1** - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**12.4.2** - As respostas aos pedidos formulados bem como os comunicados ou alterações necessárias serão divulgados mediante nota no endereço eletrônico [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br) > Transparência > Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação > Licitações, sendo de responsabilidade das empresas interessadas em participar do certame o acesso para obtenção das informações prestadas.

**12.5** - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**13.1** - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recurso, o pregoeiro encaminhará o processo licitatório à Autoridade Superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**13.2** - Em sendo adjudicado o objeto e homologada a licitação, a Administração convocará o adjudicatário para **assinar o contrato**.

## **14 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**14.1** - Homologada a licitação, será formalizado o Contrato.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**14.2** - O PJES convocará formalmente a(s) vencedora(s) para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, proceder à assinatura do Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

**14.2.1** - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**14.2.2** - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**14.2.3** - Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**14.2.4** - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 14.2.2, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**I** - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**II** - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**14.2.5** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

**14.2.5.1** - O descumprimento do prazo para assinatura do contrato, ou a recusa em assiná-lo, acarretará a aplicação de **multa de 5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas no edital e na legislação vigente.

**14.2.6** - A regra do item 14.2.5 acima, não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do item 14.2.4.

**14.2.7** - Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 14.2.2 e 14.2.4.

**14.3** - O prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar da data da assinatura do instrumento contratual, podendo, de comum acordo entre as partes, ser prorrogado através de Termo Aditivo, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitado a 60 (sessenta) meses.

## **15 - DA GARANTIA CONTRATUAL**

**15.1** - A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total anual do contrato**, nos seguintes termos:

- a) Optando pelo **seguro-garantia**, em **até um mês após a homologação** e antes da assinatura do contrato (§ 3º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021).
  - a.1) Caberá à CONTRATADA providenciar toda a comunicação e demais formalidades necessárias à seguradora, conforme previsto em apólice, sobretudo no que diz respeito à expectativa de sinistro, atos ou fatos dos quais ela deva ter conhecimento e poderá intervir.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

- b) Nos **demais casos**, em **até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato**, permitida uma prorrogação, por igual período, mediante justificativa e autorização do PJES, conforme IN nº 05/2017, ante a ausência de previsão legal.
- c) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,5% (meio por cento), acrescido 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia a partir do segundo dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias.
- d) O atraso superior a 30 (trinta) dias na prestação da garantia nos prazos fixados, autoriza o PJES a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I e II do art. nº 137 da Lei nº 14.133/2021.
- e) O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo PJES com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- f) O valor da garantia deverá ser atualizado sempre que houver alteração no valor do contrato.

**15.2.** A garantia assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.
- b) Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo PJES à CONTRATADA.
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

**15.3.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos subitens do 15.2.

**15.4.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada no Banco Banestes S/A, em conta específica com correção monetária, em favor do PJES.

**15.5.** A garantia será considerada extinta:

- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do PJES, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- b) Após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

**15.6.** O PJES não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

- a) Caso fortuito ou força maior.
- b) Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais.
- c) Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração.
- d) Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**15.7.** Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas no item 15.6.

**15.8.** Aplica-se, ainda, o disposto no art. nº 65 da IN nº 05/2017 do MPDG no que se refere a extinção e não execução da garantia.

**15.9** - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

**15.10** - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

## **16- DA DOTAÇÃO**

**16.1** - As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta de recursos próprios do PJES alocados na Atividade: **10.03.901.02.061.0023.2078**, Elementos de Despesa: **3.3.90.39.05**, consignados no **Fundo Especial do Poder Judiciário - FUNEPJ**.

## **17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**17.1** - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**17.2** - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**17.3** - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**17.4** - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**17.5** - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**17.6** - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**17.7** - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**17.8** - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**17.9** - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**17.10** - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br) > Transparência > Licitações, Contratos



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

e Instrumentos de Cooperação > Licitações, sendo de responsabilidade das empresas interessadas em participar do certame o acesso para obtenção das informações prestadas.

**17.11** - As Licitantes vencedoras que vierem a celebrar Contratos com o Tribunal de Justiça, deverão observar as diretrizes fixadas na Resolução nº 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, bem como na Resolução nº 037/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, as quais estabelecem a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

**17.12** - Fica eleito o foro de Vitória-ES para solucionar as questões decorrentes desta licitação.

Vitória/ES, data e hora da assinatura eletrônica.

---

Pregoeiro (a)<sup>1</sup>

Edital assinado e rubricado pelo(a) Pregoeiro(a) em obediência à Ordem de Serviço n.º 003/2016, publicada pela Secretaria Geral no Diário da Justiça do dia 19/04/2016.

---

<sup>1</sup>



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA E ADENDOS I, II e III**

**\* Disponibilizados em arquivos anexos ao Edital.**

**ADENDO IV – Declaração de Estrutura Operacional**

**Ao  
Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo  
Pregão Eletrônico PE900\_\_\_/2026**

Declaramos, sob as penas da lei, de que possuímos estrutura operacional mínima necessária à adequada execução dos serviços de SST, incluindo recursos humanos qualificados, materiais, equipamentos e sistema informatizado compatível com o objeto da contratação.

**OU**

Declaramos, sob as penas da lei, de que providenciaremos, até a data da assinatura do contrato, estrutura operacional mínima necessária à adequada execução dos serviços de SST, incluindo recursos humanos qualificados, materiais, equipamentos e sistema informatizado compatível com o objeto da contratação.

**Local / Data**

---

**Empresa / CNPJ**



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ADENDO V – PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS/MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**Ao**  
**Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo**  
**CNPJ (MF) 27.476.100/0001-45**  
**Rua Desembargador Homero Mafra, 60**  
**Enseada do Suá**  
**CEP 29050-906 - Vitória - ES**

Conforme solicitado, apresentamos a nossa proposta para **a prestação de serviços em Segurança e Saúde no Trabalho (SST), incluindo o atendimento aos requisitos do eSocial relativos aos eventos de SST**, para a execução dos itens descritos a seguir, de acordo com o Termo de Referência - Anexo I e Adendos, e de acordo com o estabelecido no Edital do Pregão Eletrônico nº **PE900\_\_\_/2026**.

LOTE ÚNICO (CATSER 8800)					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Valor Unit. Máximo (R\$)	Valor Total Máximo (R\$)
<b>1</b>	<b>Revisão, atualização, reelaboração e avaliação contínua do Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGR) de cada unidade do PJES elencada no Adendo I deste termo de referência, de acordo com a NR-01, portaria MTE n. 1.419, de 27 de agosto de 2024.</b>				
1.1	Realização de visitas técnicas a todas as unidades do PJES, com o objetivo de realizar o levantamento preliminar dos perigos, por meio de avaliação qualitativa e quantitativa, contemplando: a identificação e descrição dos perigos presentes nos ambientes de trabalho; a avaliação dos riscos ocupacionais associados, incluindo os de natureza física, química, biológica e ergonômica, conforme disposto na NR-01 e suas atualizações; a identificação dos grupos de trabalhadores expostos a esses riscos, subsidiando a elaboração e atualização do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).	un	1*	148.062,00	148.062,00
1.2	Revisão e elaboração de nova versão do PGR, assegurando sua integração aos demais instrumentos do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), tais como o PCMSO, avaliação dos riscos psicossociais, conforme item 2.1.2, análise de acidentes, LTCAT, laudos ambientais e ações de melhoria contínua.	un	1*	143.965,50	143.965,50



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

1.3	Atuação mensal do Técnico de Segurança do Trabalho - objetiva prestar suporte técnico à equipe da CSPS, bem como realizar visitas técnicas às comarcas, conforme demanda, para atendimento das questões relacionadas à segurança no trabalho durante toda a vigência do contrato.	un	24	8.000,00	192.000,00
1.4	Relatório de Gestão do PGR bimestral (RB) – avaliação contínua: deverá conter o resultado das avaliações qualitativas e quantitativas das modificações/adequações realizadas nos ambientes de trabalho, visita a novas instalações do PJES, implantação de medidas de controle individual/coletiva, informações relativas à eficácia das medidas preventivas adotadas, o cumprimento de etapas previstas no Plano de Ação, reuniões, treinamentos. Ao final do contrato, deverá apresentar um relatório final (RF) compilando todas as informações de gestão do PGR.	un	11 (RB) + 1(RF)	5.000,00	60.000,00
1.5	Plano de Ação	un	1*	40.333,33	40.333,33
<b>2</b>	<b>Elaboração, implementação e gerenciamento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) para cada unidade do PJES elencada no Adendo I deste Termo de Referência, de acordo com NR-07, portaria SEPRT n. 8.873, de 23 de julho de 2021.</b>				
2.1	Elaboração do PCMSO: descrição dos possíveis agravos à saúde relacionados aos riscos ocupacionais identificados, os exames clínicos e complementares necessários, os critérios de interpretação e planejamento das condutas relacionadas aos achados dos exames médicos, bem como a realização de relatório analítico sobre o desenvolvimento do programa.	un	1*	57.500,00	57.500,00
2.2	Relatório Analítico do PCMSO	un	2	8.000,00	16.000,00
<b>3</b>	<b>Realização de exames médicos ocupacionais, bem como exames complementares previstos no PCMSO e a critério do Médico do Trabalho Coordenador.</b>				
3.1	Relatório Mensal de Execução do PCMSO: relatório mensal descritivo contendo relação nominal de magistrados e servidores o quantitativo de exames ocupacionais realizados/emissão de ASO, o quantitativo de exames complementares, Comunicação de	un	24	1.680,00	40.320,00



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

	Acidente de Trabalho (CAT) e pareceres emitidos, bem como das demais ações de saúde implementadas.				
3.2	Exame Admissional e emissão de ASO	un	285	110,00	31.350,00
3.3	Exame Periódico e emissão de ASO	un	1300	100,00	130.000,00
3.4	Exame de Retorno ao Trabalho e emissão de ASO	un	285	110,00	31.350,00
3.5	Exame de Mudança e Função e emissão de ASO	un	285	110,00	31.350,00
3.6	Exame Demissional e emissão de ASO	un	285	110,00	31.350,00
3.7	Exame complementar laboratorial: Hemograma Completo	un	1300	20,00	26.000,00
3.8	Exame complementar laboratorial: Glicemia jejum	un	1300	14,71	19.123,00
3.9	Exame complementar laboratorial: Hemoglobina glicada	un	1300	25,00	32.500,00
3.10	Exame complementar laboratorial: Insulina	un	1300	20,00	26.000,00
3.11	Exame complementar laboratorial: Triglicerídeos	un	1300	13,83	17.979,00
3.12	Exame complementar laboratorial: Colesterol Total	un	1300	13,67	17.771,00
3.13	Exame complementar laboratorial: Colesterol (HDL)	un	1300	13,40	17.420,00
3.14	Exame complementar laboratorial: Colesterol (LDL)	un	1300	13,60	17.680,00
3.15	Exame complementar laboratorial: AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética -TGO)	un	1300	12,92	16.796,00
3.16	Exame complementar laboratorial: ATL (Transaminase Glutâmico Pirúvica -TGP)	un	1300	13,08	17.004,00
3.17	Exame complementar laboratorial: Gama-glutamilttransferase (GGT)	un	1300	14,60	18.980,00





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

3.18	Exame complementar laboratorial: Uréia	un	1300	18,00	23.400,00
3.19	Exame complementar laboratorial: Creatinina	un	1300	15,14	19.682,00
3.20	Exame complementar laboratorial: Hormônio Tireoestimulante -TSH	un	1300	24,75	32.175,00
3.21	Exame complementar laboratorial: T4 Livre	un	1300	25,00	32.500,00
3.22	Exame complementar laboratorial: Cortisol Livre	un	1300	32,00	41.600,00
3.23	Exame complementar laboratorial: 1,25-dihidroxi -Vitamina D	un	1300	52,00	67.600,00
3.24	Exame complementar laboratorial: Vitamina B12	un	1300	32,00	41.600,00
3.25	Exame complementar laboratorial: ácido fólico eritrocitário	un	1300	33,00	42.900,00
3.26	Exame complementar laboratorial: Ferro Sérico	un	1300	18,00	23.400,00
3.27	Exame complementar laboratorial: Ferritina	un	1300	32,00	41.600,00
3.28	Exame complementar laboratorial: PCR ultrasensível	un	1300	26,00	33.800,00
3.29	Exame complementar laboratorial: Urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS)	un	1300	15,00	19.500,00
3.30	Exame complementar laboratorial: Pesquisa de sangue oculto nas fezes- método imunocromatográfico)- para trabalhadores com 50 anos e mais.	un	602	28,25	17.006,50
3.31	Exame complementar laboratorial: PSA total- para homens com 50 anos e mais.	un	270	32,80	8.856,00
3.32	Eletrocardiograma para trabalhadores maiores de 45 anos.	un	780	60,00	46.800,00
<b>4</b>	<b>Serviços de Perícia Técnica, sob demanda, para emissão do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), do Laudo Técnico de Insalubridade, do Laudo Técnico de Periculosidade e da realização de avaliação biopsicossocial, de acordo com a legislação vigente.</b>				
4.1	Elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT para todas as unidades do	un	1*	206.466,67	206.466,67



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

	PJES. As visitas poderão ser realizadas de forma integrada com o levantamento de risco para o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), visando otimizar recursos e evitar duplicidade de esforços.				
4.2	Revisão do LTCAT- Sempre que ocorrerem alterações significativas nas condições de trabalho (ex.: mudanças de layout, processos, agentes nocivos, medidas de controle), ou quando solicitado pela Administração, a CONTRATADA deverá proceder à revisão e atualização do LTCAT, conforme previsto no art. 284 da IN INSS/PRES nº 128/2022.	un	1*	4.575,00	4.575,00
4.3	Laudo Técnico de Insalubridade	un	1*	66.000,00	66.000,00
4.4	Laudo Técnico de Periculosidade	un	1*	66.000,00	66.000,00
4.5	Realização de avaliação Biopsicossocial por equipe multidisciplinar.	un	100	1.360,00	136.000,00
<b>5</b>	<b>Consolidação, organização e disponibilização dos arquivos eletrônicos referente aos eventos de SST do eSocial, conforme prazos e exigências legais.</b>				
5.1	Entrega dos arquivos do eSocial em arquivos no formato XML, compatíveis com a versão atualizada do Sistema .	un	24	2.000,00	48.000,00
<b>VALOR GLOBAL MÁXIMO DO LOTE</b>				<b>R\$ 2.200.295,00</b>	

\* A quantidade estimada considera o **período de 24 meses** e a realização de um documento técnico por unidade, atualmente 92 endereços, conforme Adendo I.

**A proposta apresentada deverá atender a todas as condições estipuladas no Termo de Referência e no item 4.7 do Edital.**

Em cumprimento à Resolução do **CNJ nº 07/2005**, atualizada pela **Resolução nº 229, de 22.06.2016, DECLARAMOS** que nossos diretores, gerentes, representantes legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios, não são membros ou servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo e que não temos em nosso quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação do Poder Judiciário do estado do Espírito Santo.

Informamos que a validade da nossa proposta é de **90 (noventa)** dias corridos, a contar da data de apresentação.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

Declaramos que nos valores estão incluídas todas as obrigações legais e as despesas decorrentes e necessárias à efetiva execução dos serviços contratados, não sendo admitido nenhum acréscimo na proposta, tais como despesas com pessoal, seja de mão de obra própria ou locada, salários, alimentação, transportes, fretes, tributos em geral, incidências fiscais, comerciais, taxas e contribuições de qualquer natureza ou espécie, emolumentos em geral, seguros, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados, que venham a incidir direta ou indiretamente sobre a execução do objeto contratado, não cabendo à proponente qualquer reclamação posterior.

**DECLARAMOS** para os devidos fins que, em consonância com o artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, caso sejamos vencedores da presente licitação, quando da celebração do contrato, optaremos pela **MODALIDADE DE GARANTIA** abaixo destacada:

- ( ) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- ( ) seguro-garantia;
- ( ) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- ( ) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

Por fim, estamos cientes de que, se escolhida a **MODALIDADE SEGURO-GARANTIA**, devemos prestá-la **em até um mês após a homologação e antes da assinatura do contrato**.

**Dados da Empresa:**

Nome Empresarial:  
Endereço:  
CNPJ:  
Telefone:  
E-mail:

**Dados do Representante Legal que irá assinar o contrato**

Nome completo do representante:  
Cargo:  
RG nº:  
CPF nº:

Local e data.

---

**Empresa/CNPJ**

**ANEXO II: MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO  
(SST), INCLUINDO O ATENDIMENTO AOS**



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**REQUISITOS DO ESOCIAL RELATIVOS AOS  
EVENTOS DE SST.**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_**  
**PROTOCOLO SEI Nº 7010995-80.2025.8.08.0000**

**CONTRATANTE: O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, com sede na Rua Des. Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá, Vitória/ES, CNPJ nº 27.476.100/0001-45, neste ato representado, na forma da Emenda Regimental nº 004/2015 de 09 de dezembro de 2015, do Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, por seu Secretário Geral, **ANSELMO LAGHI LARANJA**, Matrícula Funcional nº 034640-11.

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_ **Nome Empresarial** \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida no **(logradouro), (bairro), (CEP) - (cidade) - (UF)**, telefones \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por seu sócio-\_\_\_\_\_, Sr(a) \_\_\_\_\_ (nome completo e função, RG e CPF do Contratado).

Resolvem celebrar o presente contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, de acordo com os termos do processo **7010995-80.2025.8.08.0000**, do Pregão Nº **PE900\_\_\_/2026**, mediante as seguintes cláusulas a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1 - Este contrato tem por objeto a prestação de serviços em Segurança e Saúde no Trabalho (SST), incluindo o atendimento aos requisitos do eSocial relativos aos eventos de SST, para a execução dos itens descritos a seguir:**

- a) Item 1** – Revisão, atualização, reelaboração e avaliação contínua do Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGR) de cada unidade do PJES elencada no Adendo I deste Termo de Referência, em conformidade com a NR-01, Portaria MTE nº 1.419, de 27 de agosto de 2024, e suas atualizações.
- b) Item 2** - Elaboração, implementação e gerenciamento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) para cada unidade do PJES elencada no Adendo I deste Termo de Referência, de acordo com NR-07, Portaria SEPRT n. 8.873, de 23 de julho de 2021, e suas atualizações;
- c) Item 3** - Realização de exames médicos ocupacionais, bem como exames complementares previstos no PCMSO e a critério do Médico do Trabalho Coordenador;
- d) Item 4** - Serviços de Perícia Técnica, sob demanda, para emissão do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), do Laudo Técnico de Insalubridade, do Laudo Técnico de Periculosidade e da realização de avaliação biopsicossocial, de acordo com a legislação vigente.
- e) Item 5** - Consolidação, organização e disponibilização dos arquivos eletrônicos referente aos eventos de SST do eSocial, conforme prazos e exigências legais.

**1.2 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:**

**1.2.1 - O Termo de Referência - Anexo I e seus Adendos;**

**1.2.2 - O Edital de Licitação;**

**1.2.3 - A Proposta da contratada, firmada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026;**



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**1.2.4** - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**2.1** - O regime de execução contratual, as formas de gestão e de execução, os requisitos da contratação, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**3.1** - O CONTRATANTE, por meio da Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde (CSPS), deve proporcionar todas as informações e acessos necessários para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços em conformidade com as normas do CONTRATO a ser firmado entre as partes:

- a)** Informar à contratada os dados cadastrais necessários do quadro de pessoas do PJES e de trabalhadores terceirizados, a fim de possibilitar o cumprimento do objeto contratado;
- b)** Comunicar as mudanças do quadro de lotação, com os respectivos dados de localização e documentação no PJES;
- c)** Comunicar as alterações realizadas após a implantação dos programas, referente à extinção e/ou criação de cargos e funções, modificação do "layout", endereços ou equipamentos que impliquem em riscos à saúde dos magistrados e servidores e a necessidade de atualização dos programas de SST.

**3.2** - Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO a ser firmado entre as partes, por meio de Gestor do Contrato (titular e substituto), representante da Administração do PJES, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual.

**3.3** - Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do CONTRATO a ser firmado entre as partes, especialmente quanto ao acompanhamento, à fiscalização da prestação dos serviços, à aplicação de sanções, bem como às alterações e repactuações contratuais.

**3.4** - Prestar as informações e os esclarecimentos relacionados ao objeto do CONTRATO que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO.

**3.5** - Efetuar o pagamento nas condições, prazos e valores pactuados no contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente o estipulado no Termo de Referência e na sua proposta, e em especial:

**4.1** - Designar um preposto.

**4.2** - Manter os dados para contato e identificação do preposto atualizados. Entre os dados para contato deverá constar endereço físico, telefone e e-mail.

**4.3** - Realizar o objeto deste Termo de Referência, de acordo com a proposta apresentada e normas legais vigentes, ficando responsável por todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao PJES, observando sempre os critérios dos serviços a serem prestados.

- a)** A CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento de peculiaridades eventualmente existentes pela não realização da vistoria ou por omissões no momento da sua realização.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**4.4** - Iniciar a prestação dos serviços imediatamente após o recebimento das Ordens de Serviços, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

**4.5** - Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, bem como assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no CONTRATO a ser firmado entre as partes, inclusive quanto aos preços praticados.

**4.6** - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

**4.7** - Manter absoluto e irrestrito sigilo sobre o conteúdo das informações que digam respeito ao CONTRATANTE, que vier a ter conhecimento por força da prestação dos serviços ora contratados, respondendo por todo e qualquer dano decorrente do descumprimento dessa obrigação.

**4.8** - Observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), garantindo o sigilo, a confidencialidade, a integridade e a proteção dos dados pessoais e dados sensíveis dos trabalhadores, sendo vedado o uso ou compartilhamento das informações para fins diversos dos previstos no Termo de Referência.

**4.9** - Informar ao PJES em caso de eventual ou ocasional fusão, cisão ou incorporação e obter o consentimento prévio e por escrito para a continuidade da prestação do serviço, o qual dependerá:

- a) da verificação de que a pessoa jurídica resultante preenche os requisitos de habilitação exigidos na licitação.
- b) da manutenção das condições originais da contratação.
- c) da constatação de que a modificação da estrutura da empresa não afetará a boa execução do contrato nem ocasionará prejuízo.

**4.10** - Manter todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação durante todo o período de vigência contratual.

**4.11** - Executar os serviços com o máximo esmero, devendo ser imediatamente refeitos aqueles que, a juízo da CONTRATANTE, não forem julgados satisfatórios ou apresentarem vícios, defeitos, imperfeições ou incorreções, sem qualquer acréscimo no preço contratado, ainda que seja necessário ampliar o horário da prestação dos serviços, conforme o art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

**4.12** - Responsabilizar-se por quaisquer serviços executados em desacordo com as normas técnicas vigentes e pelas consequências resultantes de tais serviços.

**4.13** - Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo GESTOR DO CONTRATO (titular ou substituto), atendendo prontamente todas as reclamações ou solicitações.

**4.14** - Emitir, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, relatórios gerenciais e/ou técnicos referentes aos serviços realizados.

**4.15** - Arcar com eventuais prejuízos perante a CONTRATANTE e/ou terceiros, causados pela elaboração dos projetos dos serviços contratados.

**4.16** - Prover condições que possibilitem o cumprimento dos serviços no prazo fixado no contrato, iniciando as atividades na data estabelecida.

**4.17** - Manter registro da empresa atualizado junto ao CREA, CAU, CRP e CRM do Estado do Espírito Santo.

**4.18** - Estar e permanecer regular junto ao órgão ou conselho fiscalizador de sua categoria durante todo o curso da execução contratual.

**4.19** - Garantir que seus profissionais cumpram os requisitos técnicos de formação acadêmica necessários à execução das atividades previstas no objeto deste Termo de Referência, responsabilizando-se por apresentar, quando solicitado pelo PJES, os comprovantes de formação acadêmica e profissional, bem como pela regularidade das inscrições nos respectivos conselhos de classe.





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**4.20** - Garantir que todo documento assinado por Engenheiro de Segurança do Trabalho seja acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT/CAU.

**4.21** - Obedecer integralmente às prescrições constantes nas Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho vigentes e suas atualizações.

**4.22** - Indicar Médico do Trabalho para coordenar o PCMSO e responder por sua execução, informando ao PJES o nome do profissional e o respectivo número de registro no CRM, mantendo o cadastro atualizado em caso de substituição.

**4.23** - Repassar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quando for o caso, ao novo Médico do Trabalho coordenador do PCMSO do PJES, todos os arquivos referentes aos magistrados e servidores, inclusive nas hipóteses de rescisão ou término da vigência contratual.

**4.24** - Enviar à CONTRATANTE a relação contendo os nomes dos médicos que realizarão os exames ocupacionais, com os respectivos registros no Conselho Regional de Medicina – CRM, no início da execução do contrato.

**4.25** - Promover ações que contribuam para a redução e o tratamento dos problemas apontados no PCMSO, orientando os trabalhadores no ato do exame clínico e indicando aspectos preventivos.

**4.26** - Promover o respeito à diversidade e à equidade, combatendo toda forma de discriminação baseada em preconceito que envolva distinção, exclusão ou preferência capaz de anular a igualdade de tratamento ou de oportunidades.

**4.27** - Assegurar condições de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal em suas instalações e serviços, garantindo o pleno atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e demais legislações aplicáveis.

**4.28** - Manter os prontuários médicos eletrônicos sob sua guarda, disponibilizando acesso restrito aos profissionais de saúde da CSPS, comprometendo-se a entregá-los à CONTRATANTE, dentro dos princípios éticos e legais, quando solicitado ou por ocasião do término ou da rescisão do contrato.

**4.29** - Para todos os serviços contratados, prover mão de obra qualificada, observadas as exigências previstas nas normas pertinentes.

**4.30** - Corrigir e/ou refazer, por sua inteira responsabilidade e sem ônus para o PJES, os serviços executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência.

**4.31** - Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE pelo não cumprimento das obrigações relativas aos serviços contratados, exceto nos casos decorrentes de motivos alheios à sua vontade.

**4.32** - Responsabilizar-se por toda a coordenação e orientação técnica inerentes à implementação e à execução dos serviços objeto desta contratação.

**4.33** - Repassar à CONTRATANTE todos os arquivos dos programas de SST por ocasião do término ou da rescisão do contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**5.1** - A subcontratação de parcelas do objeto poderá ocorrer, desde que previamente autorizada pela Administração.

**5.2** - A subcontratação observará o disposto no art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

**5.3** - São passíveis de subcontratação exclusivamente:

a) exames complementares previstos no PCMSO.

**5.4** - É vedada a subcontratação integral do objeto.

**5.5** - A parcela subcontratada não poderá ultrapassar 40% do valor total do contrato.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS  
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**5.6** - Para autorização da subcontratação, deverão ser apresentados os documentos exigidos pela Administração.

**5.7** - A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto.

**5.8** - A substituição de subcontratada dependerá de autorização prévia.

**5.9** - A Administração poderá indeferir ou revogar a autorização de subcontratação.

**5.10** - A subcontratada deverá atender aos requisitos de acessibilidade.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**6.1** - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços constantes do quadro a seguir:

***Inserir tabela de preços da proposta da empresa vencedora.***

**6.1.1** - O valor total estimado do Contrato é de R\$ xxxxx,xx (por extenso) para o período de xx (xxx) anos.

**6.2** - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO**

**7.1** - Os critérios para pagamento da Contratada e eventual atualização monetária por atraso do Contratante e demais condições referentes ao pagamento encontram-se definidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE**

**8.1** - O valor da presente contratação será passível de reajuste, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado ou, nos reajustes subsequentes, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.2** - Após o interregno de 12 (doze) meses, o valor do contrato poderá ser reajustado, precedido de solicitação tempestiva da CONTRATADA, utilizando-se do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (**IPCA/IBGE**) do período especificado, ou outro índice que vier a substituí-lo.

**8.3** - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.4** - Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS**

**9.1 - PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL:** O prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar da data da assinatura do instrumento contratual, podendo, de comum acordo entre as partes, ser prorrogado através de Termo Aditivo, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitado a 60 (sessenta) meses.

**a)** Todos os itens e quantidades definidas na contratação, são passíveis de renovação após 24 meses, conforme item 1.5.4.4.6 da Norma Regulamentadora 01 (NR-01).

**9.2 - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO:** A forma e os prazos de execução deverão observar o estipulado no Termo de Referência - Anexo I.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**9.2.1** - Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá agendar reunião com a equipe da CSPS em até 05 (cinco) dias corridos, a partir da assinatura do contrato, com a finalidade de alinhar o cronograma, fluxos de execução e responsabilidades.

**9.2.2** - A CONTRATADA terá o prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, para realizar as visitas técnicas a todas as unidades do PJES e, ao final, apresentar o Inventário de Riscos e o Plano de Ação, documentos integrantes do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).

**9.2.3** - Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá manter reuniões periódicas, na modalidade virtual ou presencial, com a Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde (CSPS) a fim de realizar o planejamento das fases do PGR, bem como apresentar relatórios e outras informações necessárias.

**9.2.4** - Os serviços deverão ter sua execução iniciada após definição do cronograma e data de recebimento da Ordem de Serviço, devendo a CONTRATADA informar, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

**9.2.5** - A Ordem de Serviço será encaminhada à CONTRATADA para o endereço eletrônico fornecido no momento da assinatura do contrato, devendo a empresa confirmar seu recebimento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis. Em caso de ausência de confirmação no prazo apresentado, a Ordem de Serviço será encaminhada por correspondência registrada com Aviso de Recebimento, para o endereço físico informado na licitação.

**9.2.5.1** - A data do recebimento, para efeito de contagem de prazo, será considerada a data em que a CONTRATADA confirmar o recebimento da Ordem de Serviço por meio do endereço eletrônico ou pelo retorno do Aviso de Recebimento pelos Correios, o que ocorrer primeiro.

**9.2.6** - A CONTRATADA terá até 45 (quarenta e cinco) dias para apresentar a Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e no Conselho Regional de Medicina (CRM).

**9.2.7** - Os serviços prestados deverão obedecer aos prazos previstos no Cronograma de execução, conforme Quadro 2 a seguir:

Atividades		Cronograma de Execução Mensal																							
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
1	Reunião com a CSPS																								
2	Revisão e atualização do PGR																								
3	Relatório Bimestral de Gestão do PGR e relatório Final (Avaliação contínua do PGR)																								
4	Plano de Ação																								
5	Elaboração do PCMSO																								
6	Relatório Mensal de Execução do PCMSO																								
7	Relatório Analítico do PCMSO																								
8	Elaboração do LTCAT																								
9	Disponibilização dos arquivos do eSocial																								

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS GARANTIAS**



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**10.1 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:** A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor anual do contrato, nos seguintes termos:

**10.1.1** - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

**10.1.2** - A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**10.1.3** - Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.1.6 deste contrato.

**10.1.4** - Nas demais modalidades, o seguro deverá ser prestado em **até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato**, permitida uma prorrogação, por igual período, mediante justificativa e autorização do PJES, conforme IN nº 05/2017, ante a ausência de previsão legal.

**10.1.5** - O atraso superior a 30 (trinta) dias na prestação da garantia nos prazos fixados, autoriza o PJES a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I e II do art. nº 137 da Lei nº 14.133/2021.

**10.1.6** - Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**10.1.7** - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

**10.1.8** - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**10.1.9** - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição.

**10.1.10** - O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**10.1.11** - O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pela contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.1.12** - Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**10.1.13** - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

**10.1.14** - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**10.1.15** - A contratada autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**10.1.16** - A garantia será considerada extinta:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- b) após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

**10.1.17** - O contratante não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou
- d) prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

**10.1.18** - Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas no item 10.1.17.

**10.1.19** - Aplica-se ainda o disposto no art. 65 da IN 05/2017 do MPDG no que se refere a extinção e não execução da garantia.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** - Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes do presente contrato correrão à conta da Dotação **10.03.901.02.061.0023.2078**, Elemento de Despesa **3.3.90.39.05** consignado no **Fundo Especial do Poder Judiciário – FUNEPJ**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1** - Em conformidade com as disposições previstas no Termo de Referência, no Edital e na Lei nº 14.133/2021, a Contratada que descumprir as obrigações contratuais ficará sujeita às sanções nela previstas, bem como às penalidades específicas a seguir, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme o art. 158 da referida Lei.

**12.1.1 - Advertência:** aplicada nos casos de execução irregular que não acarrete prejuízo à Administração, bem como pela reincidência de falhas na execução de um mesmo serviço.

**12.1.2 - Multa:** aplicada conforme os graus e condutas dispostos nos Quadros 3 e 4 a seguir, limitada a 5% (cinco por cento) do valor total estimado do contrato.

**QUADRO 03**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% do valor estimado da Contratação
2	0,3% do valor estimado da Contratação
3	0,4% do valor estimado da Contratação
4	0,5% do valor estimado da Contratação
5	1,0% do valor estimado da Contratação



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

6	5,0% do valor estimado da Contratação
---	---------------------------------------

**QUADRO 04**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
2	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados	4	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
3	Suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
4	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do PJES	4	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
5	Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes	3	Por ocorrência
6	Manter dados desatualizados da empresa em relação ao registro no CREA, CAU ou CRM	1	Por ocorrência
7	Manter dados desatualizados do engenheiro de segurança do trabalho responsável pela elaboração do PGR	1	Por ocorrência
8	Manter dados desatualizados do médico coordenador do PCMSO	1	Por ocorrência
9	Deixar de comparecer a reunião com a CSPS para definição do cronograma de execução do objeto	2	Por ocorrência



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

10	Deixar de apresentar os documentos comprobatórios de formação acadêmica e registro profissional dos profissionais envolvidos	2	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
11	Manter contato desatualizado do preposto (endereço, telefone ou e-mail), dificultando a comunicação	3	Por ocorrência
12	Manter documentação de habilitação desatualizada	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
13	Deixar de informar tempestivamente motivo impeditivo da execução dos serviços nos prazos previstos	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
14	Deixar de comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade na execução dos serviços	2	Por ocorrência
15	Deixar de registrar em prontuário, individualmente, os dados clínicos, avaliações e conclusões dos atendimentos médicos	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
16	Manter desatualizados os endereços e contatos dos locais de atendimento nas cidades do interior do Estado	1	Por ocorrência
17a	Entregar os serviços com até 5 (cinco) dias de atraso injustificado	3	Por ocorrência
17b	Entregar os serviços com até 10 (dez) dias de atraso injustificado	4	Por ocorrência
17c	Entregar os serviços com até 15 (quinze) dias de atraso injustificado	5	Por ocorrência
17d	Entregar os serviços com mais de 15 (quinze) dias de atraso injustificado	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

18a	Entregar os arquivos de SST do eSocial com até 1 (um) dia de atraso	3	Por ocorrência
18b	Enviar eventos de SST do eSocial com até 6 (seis) dias de atraso	4	Por ocorrência
18c	Enviar eventos de SST do eSocial com mais de 6 (seis) dias de atraso	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual
19	Deixar de transferir ao CONTRATANTE os arquivos de dados do PGR e do PCMSO ao final ou na rescisão do contrato	6	Por ocorrência
20	Deixar de transferir ao CONTRATANTE os arquivos de dados do eSocial ao final ou na rescisão do contrato	6	Por ocorrência
21	Não realizar atendimento médico conforme descrito no item 5.2.6 do Termo de Referência	2	Por ocorrência
22	Tratar com desrespeito ou falta de urbanidade qualquer pessoa nas dependências do PJES	2	Por ocorrência
23	Deixar de substituir profissional cuja atuação ou comportamento seja considerado inadequado pelo CONTRATANTE	5	Por ocorrência
24	Deixar de reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, o objeto do contrato quando houver incorreções decorrentes da execução	5	Por ocorrência

**12.1.3** - A multa, no caso de rescisão por ato unilateral da Administração e motivado por culpa da CONTRATADA, será de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato, não cumulativa com as multas previstas no Quadro 4. Tal multa não exime a CONTRATADA da reparação dos prejuízos e da aplicação das demais sanções cabíveis.

**12.1.4 - Impedimento de licitar e contratar** com o estado do Espírito Santo, pelo prazo de **até 3 (três) anos**, conforme o art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, aplicável nos casos de descumprimento das obrigações assumidas, condutas irregulares ou ilícitas que acarretem prejuízo à Administração ou comprometam a execução contratual, tais como:



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**12.1.5** - A ausência de início da execução contratual no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo CONTRATANTE, caracterizará a inexecução do contrato, ensejando sua rescisão unilateral.

**12.1.6** - Será aplicada à Contratada a **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, conforme o art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**12.1.7** - A penalidade poderá perdurar enquanto existirem os motivos determinantes de sua aplicação ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente.

**12.1.8** - As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF. No caso de impedimento do direito de licitar e contratar, a CONTRATADA será descredenciada pelo mesmo período, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e das demais sanções legais cabíveis.

**12.1.9** - As sanções previstas neste item são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou de forma cumulativa, conforme a gravidade da infração, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

## **12.2 - Dos procedimentos para aplicação de penalidades**

**12.2.1** - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 156 a 160 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se as seguintes disposições:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o Contratante deverá notificar a CONTRATADA, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia.
- b) A notificação será realizada, preferencialmente, por meio eletrônico com confirmação de leitura ou, alternativamente, por correspondência com aviso de recebimento (AR). A comunicação deverá indicar, no mínimo: a conduta reputada infratora; a motivação para aplicação da penalidade; a sanção que se pretende aplicar; o prazo e o local para apresentação das razões de defesa.
- c) O prazo para apresentação de defesa será de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento ou da ciência da notificação, conforme art. 158, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.
- d) A CONTRATADA deverá manter atualizado seu endereço físico e eletrônico junto ao órgão contratante. Na ausência de comunicação de alteração, as notificações enviadas aos dados previamente informados serão consideradas válidas.
- e) A defesa prévia será dirigida à Subsecretaria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo e encaminhada ao Gestor do Contrato, que se manifestará sobre o seu teor e indicará, de forma motivada, a penalidade a ser aplicada, se for o caso, consultando as unidades internas envolvidas.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

f) Após a manifestação do gestor, a Subsecretaria Geral, ouvida a Assessoria Jurídica da Presidência, decidirá quanto à penalidade a ser aplicada, podendo acatar a proposta apresentada ou indicar medida diversa, compatível com a gravidade do descumprimento.

g) A aplicação de penalidades será formalizada por decisão motivada da Secretaria Geral do TJES, autoridade competente para o ato, nos termos da delegação estabelecida no edital e no contrato.

h) As penalidades aplicadas, ou eventualmente afastadas, deverão constar dos registros internos do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo e, quando cabível, ser lançadas no SICAF, nos termos da legislação vigente.

i) O valor da multa aplicada poderá ser:  
I – retido dos pagamentos devidos pela Administração.  
II – pago por meio de Documento Único de Arrecadação (DUA).  
III – descontado do valor da garantia prestada.  
IV – cobrado judicialmente.

j) Caso os valores de pagamento e da garantia sejam insuficientes, a CONTRATADA será notificada para recolher a quantia devida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação oficial.

k) Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação pecuniária imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual, nos termos do art. 137, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

l) Qualquer descumprimento contratual poderá ensejar a aplicação de penalidade, salvo se as justificativas apresentadas forem aceitas pela Administração, hipótese em que poderá ser emitida advertência formal, com registro para fins de reincidência e eventual aplicação de sanção mais gravosa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**13.1** - O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**13.2** - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.2.1** - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**13.2.2** - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**13.2.2.1** - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**13.3** - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**13.3.1** - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.3.2** - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.3.3** - Indenizações e multas.

**13.4** - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme disposto no art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES**



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**14.1** - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2** - A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3** - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**15.1** - Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **até 15 (quinze) dias**, pelo responsável designado para o acompanhamento e fiscalização do contrato, com a finalidade de verificar sua conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA.

**15.2** - Os serviços poderão ser total ou parcialmente rejeitados, caso estejam em desacordo com as especificações previstas no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, substituídos ou reexecutados, às expensas da CONTRATADA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**15.3** - O recebimento definitivo dos serviços será formalizado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, mediante verificação da qualidade e quantidade dos serviços prestados, e lavratura do respectivo termo de recebimento definitivo.

**15.4** - Caso a verificação prevista no item anterior não seja realizada no prazo estipulado, reputar-se-á como realizada, considerando-se o objeto como definitivamente recebido na data do esgotamento do prazo.

**15.5** - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por eventuais prejuízos decorrentes da execução incorreta, defeituosa ou em desacordo com o contrato, nos termos do art. 144 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS**

**16.1** - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

**17.1** - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no e-diário (Diário da Justiça Eletrônico), órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, veiculado no site do PJES, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

**18.1** - Fica eleito o foro de Vitória/ES para dirimir as questões oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**18.2** - E por estarem justos e convencionados, assinam o presente.

Vitória/ES, data e hora da última assinatura eletrônica.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

---

**ANSELMO LAGHI LARANJA**

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo  
(CONTRATANTE)

---

(CONTRATADA)

**ADENDO I AO CONTRATO - POLÍTICA DO BANCO (BID) SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS**

**Práticas Proibidas**

1.1 O Banco exige que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras e Agências Contratantes, bem como, todas as empresas, entidades ou indivíduos que estejam atuando como proponentes ou participando de atividades financiadas pelo Banco incluindo, entre outros, requerentes, licitantes, proponentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, fornecedores de bens e concessionários (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita), aderem os mais altos padrões éticos e denunciem ao Banco<sup>1</sup> qualquer ato suspeito de Práticas Proibidas sobre as quais tenham conhecimento ou venham tomar conhecimento tanto durante o processo de licitação e durante a negociação ou na execução de um contrato. As Práticas Proibidas compreendem: (i) práticas corruptas; (ii) práticas fraudulentas; (iii) práticas coercitivas; (iv) práticas colusivas; (v) práticas obstrutivas e (vi) apropriação indébita. O Banco estabeleceu mecanismos para denunciar suspeitas de Práticas Proibidas. Qualquer denúncia deverá ser encaminhada ao Escritório de Integridade Institucional (EII) do Banco para que se realize a devida investigação. O Banco também tem adotado procedimentos de sanções para julgar casos. Além disso, o Banco firmou com outras Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) um acordo de reconhecimento mútuo de decisões de exclusão.

**(a)** O Banco define, para os fins desta disposição, os seguintes termos:

(i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte;

(ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo a tergiversação de fatos ou circunstâncias que deliberada ou imprudentemente engane ou tente enganar, uma parte para obter um benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar cumprir uma obrigação;

(iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes com o intuito de alcançar um propósito impróprio, inclusive influenciar inapropriadamente as ações de outra parte;

(v) Uma prática obstrutiva é:

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar evidências significativas de uma investigação do Grupo BID ou prestar declarações falsas aos investigadores com a intenção de obstruir uma investigação do Grupo BID;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

(ii) ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte interessada para impedi-la de revelar seu conhecimento sobre assuntos relevantes para uma investigação do Grupo BID ou ao seu prosseguimento; ou

(iii) atos que visem impedir o exercício dos direitos contratuais de auditoria ou inspeção do Grupo BID previstos no parágrafo 1.16 (f) abaixo ou seus direitos de acesso à informação; e

(vi) uma apropriação indébita consiste no uso de fundos ou recursos do Grupo BID para um propósito impróprio ou não autorizado, cometido intencionalmente ou por negligência grave.

**(b)** Se o Banco determinar que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou indivíduo que concorra ou participe de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários, Mutuários (incluindo Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita) envolvidos em uma Prática Proibida, o Banco poderá:

(i) não financiar nenhuma recomendação de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços correlatos financiados pelo Banco;

(ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um funcionário, agente ou representante do Mutuário, da Agência Executora ou Agência Contratante se envolveu em Prática Proibida;

(iii) declarar a Aquisição Viciada (Misprocurement) e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento da parte do empréstimo ou da doação destinada a um contrato, quando houver evidências de que o representante do Mutuário ou do Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, fornecer a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável; (iv) emitir uma advertência à empresa, entidade ou indivíduo através de uma carta formal de censura por sua conduta;

(v) declarar que uma empresa, entidade ou indivíduo é inelegível, permanentemente ou por um prazo determinado, para: (i) receber ou participar em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) ser designado<sup>2</sup> como subconsultor, subempreiteiro, fornecedor de bens ou prestador de serviços de uma empresa elegível à qual tenha sido adjudicado um contrato financiado pelo Banco;

(vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes, encarregadas de fazer cumprir as leis; e/ou

(vii) impor outras sanções que julgar apropriadas sob as circunstâncias, incluindo a imposição de multas que representem o reembolso do Banco pelos custos associados às investigações e procedimentos. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções mencionadas acima.

**(c)** As disposições dos incisos (i) e (ii) do subparágrafo 1.16(b) serão aplicadas, também, quando tais partes tiverem sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, enquanto aguardam a decisão definitiva de um processo de sanção ou de qualquer outra resolução.

**(d)** A imposição de qualquer ação a ser tomada pelo Banco de acordo com as disposições acima mencionadas, será pública.

**(e)** Além disso, qualquer empresa, entidade ou indivíduo que concorra ou participe de uma atividade financiada pelo Banco incluindo, entre outros, requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários, Mutuários (incluindo Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratante (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita), podem





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

estar sujeitos a sanções baseadas nos acordos que o Banco possa ter com outras IFIs em relação ao reconhecimento mútuo de decisões de exclusão. Para fins deste parágrafo, o termo "sanção" incluirá qualquer exclusão, condições sobre futuras contratações ou qualquer ação divulgada publicamente em resposta a uma violação da estrutura aplicável de uma IFI para tratar de alegações de Práticas Proibidas

**(f)** O Banco exige que seja incluída uma disposição nos documentos de licitação e nos contratos financiados com um empréstimo ou doação do Banco, exigindo que os requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários, permitam que o Banco inspecione todas e quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e execução de contrato bem como que sejam auditados por auditores nomeados pelo Banco. No âmbito desta política, os requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários devem prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco terá também o direito de requerer que, nos contratos por ele financiados com um empréstimo ou doação incluam uma disposição que obrigue os requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários a: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam quaisquer documentos necessários à investigação de alegações de Práticas Proibidas; e assegurem que funcionários ou agentes dos requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços ou concessionários que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às questões dos funcionários do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor relacionado com a investigação devidamente designado. Caso o requerente, licitante, proponente, fornecedor de bens e seus agentes, empreiteiro, consultor, funcionários, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionário se recusem a cooperar e/ou descumpram o exigido pelo Banco ou obstruam de qualquer forma, a investigação, o Banco, a seu critério exclusivo, pode tomar as medidas apropriadas contra o requerente, licitante, proponente, fornecedor de bens e seus agentes, empreiteiro, consultor, funcionários, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionário.

**(g)** O Banco exigirá que, quando um Mutuário adquira bens, obras ou serviços que não os de consultoria diretamente de uma agência especializada de acordo com o parágrafo 3.10 no âmbito de um acordo entre o Mutuário e tal agência especializada, todas as disposições do parágrafo 1.16 referentes a sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos requerentes, licitantes, proponentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, funcionários, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários (incluindo seus respectivos dirigentes, funcionários e agentes, independentemente de a agência ser expressa ou implícita), ou quaisquer outras entidades que assinaram contratos com tal agência especializada para fornecer tais bens, obras ou serviços que não os de consultoria relacionados com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco mantém o direito de exigir que o Mutuário invoque recursos tais como suspensão ou extinção. As agências especializadas deverão consultar a lista do Banco de empresas e indivíduos suspensos ou excluídos. No caso de uma agência especializada assinar um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou com um indivíduo suspenso ou excluído pelo Banco, o Banco não financiará as despesas relacionadas e aplicará outras medidas conforme apropriado.

**1.2** Com a concordância específica do Banco, além da Lista do Banco de Empresas e Indivíduos Sancionados, o Mutuário pode introduzir, nos formulários da Oferta para contratos financiados pelo Banco, um compromisso do licitante de observar, ao concorrer e executar um contrato, as leis e o sistema de sanções do país contra práticas proibidas (incluindo suborno) e os regulamentos e sanções de um organismo de desenvolvimento multilateral/bilateral ou organização internacional, atuando como cofinanciador, relacionados a práticas proibidas, se aplicável, conforme listado nos documentos de licitação<sup>3</sup>. O Banco aceitará a introdução de tal





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

compromisso a pedido do país Mutuário, desde que as disposições que regem tal requisito sejam satisfatórias para o Banco.

Notas de rodapé:

1. No website do Banco ([www.iadb.org/integridad](http://www.iadb.org/integridad)), são encontradas informações sobre como denunciar supostas alegações de Práticas Proibidas, as normas aplicáveis ao processo de investigação e sanção, e o acordo que rege o reconhecimento mútuo de decisões de exclusão entre as Instituições Financeiras Internacionais.
2. Um subconsultor, subempreiteiro, fornecedor de bens ou prestador de serviços nomeado (nomes diferentes podem ser utilizados dependendo do documento de licitação específico) é aquele que: (i) foi indicado pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta porque traz experiência e know-how específicos e cruciais que permitem ao licitante atender às exigências de qualificação para a licitação em questão; ou (ii) foi indicado pelo Mutuário.
3. Por exemplo, tal compromisso pode ser redigido da seguinte forma: “Comprometemo-nos, no decorrer do processo licitatório (e durante a execução do contrato, caso nos seja adjudicado), a observar estritamente a legislação contra práticas proibidas (inclusive suborno) em vigor no país de [Agência Contratante], e os regulamentos e sanções de um organismo de desenvolvimento multilateral/bilateral ou organização internacional, atuando como cofinanciador, conforme essas leis e normas tenham sido incluídas por [Agência Contratante] nos documentos de licitação para este contrato e, sem prejuízo dos procedimentos do Banco para lidar com casos de Práticas Proibidas, aderir às normas administrativas estabelecidas por [autoridade local] para receber e resolver todas as reclamações relativas aos procedimentos de licitação.”

**ADENDO II AO CONTRATO - BID - ELEGIBILIDADE E PAÍSES ELEGÍVEIS**

**Elegibilidade**



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

**1.8** Os recursos dos empréstimos do Banco somente podem ser utilizados para o pagamento de bens, obras e serviços contratados com empresas ou indivíduos de países-membros do Banco. Ademais, no caso de bens, sua origem deve ser de países-membros do Banco. Os indivíduos ou empresas de outros países serão inelegíveis para participação em contratos a serem financiados no todo ou em parte com empréstimos do Banco. Quaisquer outras condições de participação deverão ser limitadas àquelas que forem essenciais para assegurar a capacidade da empresa para levar a cabo os serviços do contrato em questão.

**1.9** Com relação a qualquer contrato financiado total ou parcialmente por um empréstimo do Banco, é vedado ao Mutuário negar a pré-qualificação ou pós-qualificação a uma empresa por razões não vinculadas à capacidade e disponibilidade dos recursos necessários à boa execução do contrato, assim como desqualificar qualquer licitante por tais razões. Consequentemente, os Mutuários devem efetuar a devida diligência ao determinar a qualificação técnica e financeira dos licitantes para assegurar sua capacidade em relação ao contrato específico.

**1.10** São exceções às regras do parágrafo acima:

(a) as empresas de um país ou os bens nele produzidos poderão ser excluídos se: (i) por meio de lei ou regulamento oficial, o país do Mutuário proibir relações comerciais com tal país, desde que o Banco se convença de que essa exclusão não prejudica a efetiva concorrência para o fornecimento dos bens ou obras necessários, ou (ii) em cumprimento de uma decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, nos termos do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o país do Mutuário proibir a importação de bens ou pagamentos a um determinado país, pessoa ou entidade. Se o país do Mutuário proibir pagamentos a uma empresa ou bens específicos em virtude do cumprimento dessa decisão, a empresa poderá ser excluída.

(b) A empresa (incluindo seus acionistas, diretores e pessoal-chave) contratada pelo Mutuário para a prestação de serviços de consultoria para a elaboração ou implementação de um projeto, bem como qualquer de suas afiliadas, será desqualificada do subsequente fornecimento de bens e obras ou serviços (nota de rodapé 3) resultantes daqueles serviços de consultoria para tal preparação ou implementação ou a eles diretamente relacionados. Esta disposição não se aplica às várias empresas (consultores, empreiteiros ou fornecedores de bens) que estejam desempenhando, conjuntamente, as obrigações derivadas de um contrato "chave na mão" ou um contrato de projeto e construção.

(c) Uma empresa (inclusive seus acionistas, diretores executivos e pessoal-chave) que tenha uma relação de negócios, inclusive uma relação de emprego ou outra relação financeira, antes ou durante a execução do contrato, uma relação familiar ou pessoal com um funcionário, consultor, empresa de consultoria do Mutuário ou funcionário do Banco que participe direta ou indiretamente (i) na preparação das especificações técnicas ou atividade equivalente, (ii) no processo de licitação do contrato; ou (iii) na supervisão do contrato, pode ser excluída da adjudicação do contrato, a menos que o conflito derivado dessa relação tenha sido divulgado e resolvido de maneira aceitável para o Banco ao longo do processo de seleção e da execução do contrato.

(d) As empresas estatais do país do Mutuário poderão participar desde que demonstrem que: (i) são jurídica e financeiramente autônomas, (ii) operam sob a égide das leis comerciais e (iii) não são entidades dependentes do Mutuário ou Submutuário.

(e) Qualquer empresa, indivíduo, matriz ou filial ou qualquer forma de organização, constituída ou integrada por qualquer indivíduo designado como parte contratante que o Banco declare inelegível nos termos dos subparágrafos (b)(v) e (e) do parágrafo 1.16 destas Políticas, referentes a Práticas Proibidas (segundo definição constante do parágrafo 1.16), ou que outra



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

instituição financeira internacional declare inelegível e esteja sujeito ao disposto nos acordos celebrados pelo Banco com relação ao reconhecimento recíproco de sanções, será inelegível para a adjudicação de um contrato financiado pelo Banco ou para a obtenção de benefício financeiro ou de qualquer outra natureza oriundo de um contrato financiado pelo Banco, durante o período determinado pelo Banco.

### **Seção III. Países Elegíveis**

#### **Elegibilidade para o Fornecimento de Bens, Construção de Obras e Prestação de Serviços nas aquisições financiados pelo Banco**

**Nota:** As referências ao Banco nesses documentos incluem o BID, o Laboratório do BID e qualquer fundo administrado pelo Banco.

A seguir, são apresentadas 2 opções do item número "1", para que o Usuário escolha a que mais lhe convém, de acordo com a fonte de financiamento. Essa fonte pode ser o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Laboratório de Licitações ou, ocasionalmente, os contratos podem ser financiados por fundos especiais que podem incluir diferentes critérios de elegibilidade para um determinado grupo de países-membros. Quando a última opção é selecionada, os critérios de elegibilidade devem ser mencionados nela:

-----

#### **1) Países-membros quando a fonte de financiamento é o Banco Interamericano de Desenvolvimento:**

Alemanha, Argentina, Áustria, Bahamas, Barbados, Bélgica, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Croácia, Dinamarca, Equador, El Salvador, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Israel, Itália, Jamaica, Japão, México, Nicarágua, Noruega, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido, República da Coreia, República Dominicana, República Popular da China, Suécia, Suíça, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, e Venezuela.

#### **Territórios elegíveis**

- (a) Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica, Reunião - por ser Departamentos da França.
- (b) Ilhas Virgens dos EUA, Porto Rico, Guam - como Território dos Estados Unidos da América
- (c) Aruba - como país constituinte do Reino dos Países Baixos; e Bonaire, Curaçao, Sint Maarten, Sint Eustatius - por serem Departamentos do Reino dos Países Baixos.
- (d) Hong Kong - por ser uma Região Administrativa Especial da República Popular da China

-----

#### **1) Lista de países quando um Fundo administrado pelo Banco está financiando:**

(Incluir a lista de países)]



-----

## **2) Critérios para determinar a nacionalidade e o país de origem dos bens e serviços**

Para determinar: (a) a nacionalidade das empresas e indivíduos elegíveis para participar de contratos financiados pelo Banco e (b) o país de origem dos bens e serviços, serão usados os seguintes critérios:

### **(A) Nacionalidade**

**(a) Um indivíduo** é considerado nacional de um país-membro do Banco se satisfaz um dos seguintes requisitos:

- (i) é cidadão de um país-membro; ou
- (ii) estabeleceu seu domicílio em um país-membro como residente de “boa-fé” e está legalmente autorizado para trabalhar nesse país.

**(b) Uma empresa** tem a nacionalidade de um país-membro se satisfizer os dois requisitos a seguir:

- (i) está legalmente constituída ou estabelecida conforme as leis de um país-membro do Banco; e
- (ii) mais de cinquenta por cento (50%) do capital da empresa é de propriedade de indivíduos ou empresas de países-membros do Banco.

Todos os sócios de uma associação em participação, associação, consórcio ou sociedade (ACS) com responsabilidade conjunta e solidária e todos os subempreiteiros devem cumprir os requisitos estabelecidos acima.

### **(B) Origem dos Bens**

Os bens têm origem em um país-membro do Banco se foram extraídos, cultivados, colhidos ou produzidos em um país-membro do Banco. Considera-se que um bem é produzido quando, mediante manufatura, processamento ou montagem, o resultado é um artigo comercialmente reconhecido cujas características, funções ou finalidades de uso são substancialmente diferentes de suas partes ou componentes.

No caso de um bem que consiste em vários componentes individuais que devem ser interconectados (pelo fornecedor, comprador ou um terceiro) para que o bem possa ser utilizado, e sem importar a complexidade da interconexão, o Banco considera que este bem é elegível para o financiamento se a montagem dos componentes tiver sido feita em um país membro. Quando o bem é uma combinação de vários bens individuais que normalmente são empacotados e vendidos comercialmente como uma só unidade, o bem é considerado proveniente do país onde este foi empacotado e embarcado com destino ao comprador.

Para fins de determinação da origem dos bens identificados como “feito na União Europeia”, estes serão elegíveis sem necessidade de identificar o correspondente país específico da União Europeia.

A origem dos materiais, partes ou componentes dos bens ou a nacionalidade da empresa produtora, montadora, distribuidora ou vendedora dos bens não determina a origem dos mesmos.

### **(C) Origem dos Serviços**



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

O país de origem dos serviços é o mesmo do indivíduo ou empresa que presta os serviços, conforme os critérios de nacionalidade acima estabelecidos. Este critério é aplicado aos serviços conexos ao fornecimento de bens (tais como transporte, seguro, instalação, montagem, etc.), aos serviços de construção e aos serviços de consultoria.